

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaques: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Conselho aprova abertura do mercado de gás.....	2
Título: Turbinas gigantes ganham mercado de geração eólica.....	4
Título: Destaques	6
Título: Destaques	6
Título: Caixa prevê devolver mais R\$ 7 bi no próximo mês	7
Título: Debênture de infraestrutura terá nova isenção	9
Título: Lucro da São Martinho caiu 44% no 4º trimestre.....	10
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	12
Título: Acordo com Cade tira Petrobrás do mercado de gás	12
Título: União promete pagar até R\$ 6 bi por ano a Estados que abrirem mercado de gás....	13
Título: Gás natural: da oportunidade à realidade	15
Título: Transpetro fecha acordo com TAG	16
Título: Ações da Petrobrás têm forte demanda de fundos.....	16
Título: Possível revogação de contrato da Renova acende alerta no BNDES	17
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	18
Título: Conselho aprova quebrar monopólio da Petrobras no gás	18
Título: Bolsonaro diz que vetará lista tríplice em agências reguladoras.....	19
Título: Pergunta lá	20
Título: Caixa articula venda de ações de banco e corretora	20
VEÍCULO: O Globo	22
Título: Plano para reduzir o preço do gás	22
Título: Com royalties, arrecadação é a maior desde 2014.....	24

Título: Lucro da Caixa tem alta de 23% no 1º trimestre.....	25
Título: PIB prisioneiro do ponto morto	26

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/06/2019

Seção: Brasil

Autor: Rafael Bitencourt | De Brasília

Título: Conselho aprova abertura do mercado de gás

O governo definiu ontem o roteiro para a abertura do mercado de gás natural no país, atualmente dominado por forte participação da Petrobras. Por meio de resolução, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) tentou definir as bases desse novo ambiente de competição com medidas de estímulos à concorrência prevista no programa "Novo Mercado de Gás".

O governo espera reduzir, em três anos, 40% o preço atual do gás natural ofertado no Brasil, de US\$ 14 por milhão de BTUs. **O ministro Bento Albuquerque (Minas e Energia)** disse que 10% de redução no preço representa acréscimo de 2,1% do PIB. O ministro da Economia, Paulo Guedes, ressaltou que, se a queda chegar a 50%, o país terá ganho de 10,5% na economia.

A abertura do mercado, anunciada por Albuquerque e Guedes, não depende apenas da vontade do governo. Um dos entraves, por exemplo, depende de ação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Trata-se da exigência de saída da Petrobras de segmentos de distribuição, transporte, processamento e importação, para que a companhia siga com o seu plano de concentrar investimentos na exploração e produção de petróleo e gás.

Há a expectativa de que a Petrobras firme com o órgão antitruste um novo Termo de Cessação de Conduta (TCC), semelhante ao assinado nas últimas semanas em que se comprometeu a vender oito de 13 refinarias. Albuquerque disse que o comando do Cade tem acompanhado as discussões e manifestado apoio à diminuição do poder de mercado da estatal.

Guedes também aposta no empurrão do Cade para quebrar o monopólio exercido, na prática, pela Petrobras. Disse que o órgão já aprovou fusões controversas como Itaú / Unibanco e Brahma / Antarctica, que poderiam ser entendidas como prejudiciais à concorrência, mas, agora, segundo o ministro "eles estão conversando" para chegar a um entendimento.

Técnicos do Ministério de Minas e Energia informaram que, no acordo, o Cade pode exigir a saída da Petrobras dos conselhos de administração de empresas em que detém participação minoritária, como as distribuidoras estaduais. Além disso, a companhia deverá se comprometer com a oferta de capacidade de escoamento, pois estima-se que 36% da infraestrutura se manteve ociosa entre 2018 e 2019.

Outra incerteza relacionada ao sucesso do programa envolve o apoio de governos estaduais na padronização das regras aplicadas ao segmento de distribuição. Guedes afirmou que os governadores de Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais já indicaram que querem "quebrar o monopólio" na distribuição de gás para se beneficiarem ganhos econômicos da abertura do mercado.

"Não estamos dando nenhum dinheiro aos Estados, o que seria até antirrepublicano. O que existe é o 'Plano Mansueto', que vai oferecer contrapartidas", disse Guedes se referindo à ajuda que o governo federal vai oferecer aos Estados que fizerem o ajuste fiscal.

Albuquerque afirmou que alguns ajustes no mercado de gás natural deverão passar pelo Legislativo. Sem adiantar detalhes, ele disse apenas que o governo apresentará sugestões de aperfeiçoamento na legislação a partir desta semana ao parlamentares. O ministro ressaltou que, se um novo projeto de lei voltar a tramitar, não será de iniciativa do Executivo.

Ontem, o diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Décio Oddone, destacou que a resolução aprovada pelo CNPE também tratou da retomada da produção de gás natural em terra, o que considera importante para diversificar a oferta em diferentes regiões do país. Ele disse que, com isso, o governo decidiu retomar os projetos de exploração de gás não convencional (shale gas), que utiliza o processo de fraturamento hidráulico difundido nos EUA, mas fortemente combatido por ambientalistas.

Para o diretor da ANP, o Brasil não pode fazer a "opção pela pobreza" ao virar as costas para os benefícios econômicos da exploração do gás não convencional. Ele considera que é possível promover uma discussão para mostrar que eventuais danos ambientais dessa técnica podem ser mitigados por meio de regulação.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 25/06/2019****Seção: Empresas****Autor: Camila Maia | De São Paulo****Título: Turbinas gigantes ganham mercado de geração eólica**

As maiores fabricantes de aerogeradores de energia eólica do mundo estão trazendo para o Brasil novas máquinas maiores e mais potentes, com o dobro da potência instalada das em operação hoje no país. A decisão não é uma aposta na recuperação da demanda por energia no curto prazo, mas uma resposta ao aumento da competição no setor, justamente pela redução do consumo.

Hoje, há cerca de 15 gigawatts (GW) em operação no país, o que representa aproximadamente 9% da matriz energética, mas há poucos contratos futuros em execução devido ao momento ruim da economia. Há quase três anos, o cancelamento inesperado de um leilão motivou os fabricantes a ameaçarem deixar o país, diante da baixa previsibilidade de novos contratos. O consumo de energia se manteve em baixa, e o que se seguiu, contudo, foi o oposto do prometido. Máquinas maiores e mais eficientes serão fabricadas agora em território brasileiro.

A estratégia das fabricantes é usar isso como diferencial para disputar novos contratos e evitar fábricas vazias e com capacidade ociosa nos próximos anos.

"As novas máquinas têm basicamente a intenção de melhorar a competitividade do aerogerador, que vai gerar mais energia a um custo menor", disse João Paulo Gualberto da Silva, diretor de novas energias da WEG. A brasileira, que tem sofrido com a falta de novas encomendas em energia eólica, lançou no mês passado um novo aerogerador com 4 megawatts (MW) de potência e 147 metros de diâmetro das pás (rotor). O custo dos novos equipamentos é mais alto, mas o ganho em potência é maior. "Você tem um ganho proporcional de mais ou menos 30% na geração", informa Gualberto.

As condições dos ventos do Nordeste brasileiro são extremamente favoráveis para os aerogeradores mais altos, que chegam a 250 metros de altura considerando as estruturas completas e as pás. A proximidade com a linha do Equador cria ventos estáveis e unidirecionais. Assim, o fator de capacidade (termo técnico para a produção efetiva da usina em relação à sua capacidade instalada) na região muitas vezes ultrapassa os 50%. Na Europa, essa faixa costuma ficar abaixo de 30%.

As empresas relatam que, ajudadas pelos "bons ventos", as novas turbinas já têm encontrado boa aceitação no mercado. A dinamarquesa Vestas anunciou em outubro do ano passado que começaria a produzir em sua fábrica no Ceará novos aerogeradores com 4,2 megawatts (MW) de potência, mais que o dobro das fabricadas até então, de 2 MW. "O casamento da nossa turbina com a condição brasileira foi tão bom que quando completamos sete meses [do anúncio] já tínhamos assinado mil MW em contratos", disse Rogério Zampronha, presidente da Vestas no Brasil.

Como a demanda dos leilões de geração depende de uma perspectiva de crescimento da economia, a expansão da fonte eólica tem se baseado mais em projetos voltados para o mercado livre desde o último ano. Os empreendimentos, porém, não representam consumo "novo" de energia, mas um movimento generalizado na indústria que busca trocar fontes convencionais de energia por fontes renováveis. "A troca da matriz vai dar uma movimentada boa na eólica. Mas sabemos que o Brasil vai precisar de nova energia no futuro, e energia em larga escala viabilizada no curto prazo é só a eólica", disse David Lobo, diretor comercial e porta-voz da Nordex no Brasil. A fabricante está trabalhando com novas turbinas de 5,1 MW a 5,5 MW.

"Independentemente do crescimento da demanda em leilões, vemos uma atividade importante no mercado livre, na qual consumidores querem cada vez mais energia renovável", disse Julio Friedmann, líder comercial de eólica onshore da GE Renewable Energy na América Latina. O Brasil será um dos primeiros mercados a receber uma turbina de 5,3 MW. "É um mercado muito desenvolvido e sofisticado e capaz de prover sempre boa visibilidade para investimentos em eólica", completou o executivo da GE.

Segundo Zampronha, a tecnologia para turbinas de maior porte já existe, mas é mais comum seu uso em parques eólicos offshore. "Não há limitação tecnológica para turbinas de 6 MW, 7 MW, porque elas já existem", disse. A logística, porém, é um obstáculo importante. "Levar uma turbina do Ceará para o interior da Bahia é como transportar de um país a outro. O desafio é grande porque as condições de transporte são complexas", apontou Zampronha.

Outro desafio é a adaptação da cadeia de suprimento local. As fabricantes têm trabalhando para dar apoio aos parceiros para que se adequem às exigências tecnológicas dos novos equipamentos. "As novas máquinas são tecnologicamente mais sofisticadas e já fica mais difícil encontrar fornecedores na indústria que consigam dar conta da complexidade", disse o presidente da Vestas.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 25/06/2019****Seção: Empresas****Autor:****Título: Destaques**

Mais aço bruto

A produção mundial de aço bruto, considerando-se os 64 países que informam seus dados à Worldsteel, entidade que reúne as principais siderúrgicas no mundo, alcançou 162,7 milhões de toneladas em maio, com alta de 5,4% frente as 154,5 milhões de toneladas produzidas um ano antes, influenciada principalmente pela forte expansão dos volumes na China. Com esse desempenho, no acumulado de janeiro a maio, a produção global do insumo atingiu 764,1 milhões de toneladas, equivalente a crescimento de 5% ante o mesmo intervalo de 2018. Na China, maior produtora mundial de aço, a produção em maio foi de 89,1 milhões de toneladas, 10% acima do volume alcançado um ano antes. Em cinco meses, as siderúrgicas chinesas tiveram produção de 404,9 milhões de toneladas, com expansão de 10,2%.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 25/06/2019****Seção: Finanças****Autor:****Título: Destaques**

Varejo e oferta da Petrobras

A demanda de investidores dispostos a investir pequenas quantias em ações da Petrobras deve viabilizar uma participação relevante de varejo na operação feita pela Caixa. O acionista vendedor quer que até 24% da oferta seja de varejo, patamar que ainda não havia sido atingido na manhã de ontem, segundo uma fonte. "Abriu a semana em torno de 15%, mas a expectativa é que seja mais forte hoje [segunda]", disse a fonte. Isso porque a precificação da oferta ocorre hoje e o varejo tende a deixar os pedidos para a véspera. Os bancos esperam garantir entre 20% e 24% de varejo na alocação. A alta do petróleo e os desinvestimentos da estatal atraem também os institucionais. A Caixa vai vender 241.340.371 ações ON na oferta base. A cotação, na data do prospecto preliminar, era de R\$ 29,85 - subiu a R\$ 31,66 ontem. Assim, mesmo com algum

desconto sobre o preço de tela, a Caixa espera levantar R\$ 7,5 bilhões - acima dos R\$ 7,2 bilhões inicialmente estimados. **(Maria Luísa Filgueiras)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/06/2019

Seção: Finanças

Autor: Edna Simão, Fabio Graner e Talita Moreira | De Brasília e São Paulo

Título: Caixa prevê devolver mais R\$ 7 bi no próximo mês

A Caixa Econômica Federal conclui hoje a definição do preço de venda das ações da Petrobras que compõem seu balanço, em oferta pública que deve movimentar cerca de R\$ 7,5 bilhões. Os recursos vão ajudar o banco estatal no plano de acelerar a devolução de recursos emprestados pelo Tesouro. O presidente da Caixa, Pedro Guimarães, disse ontem que a ideia é pagar mais R\$ 7 bilhões à União no próximo mês, reduzindo a R\$ 30,2 bilhões o estoque de instrumentos híbridos de capital e dívida no balanço.

O executivo planeja quitar pelo menos R\$ 20 bilhões neste ano contando apenas com a estrutura de capital que a Caixa já tem, mas o volume pode aumentar dependendo das vendas de ativos da instituição. Uma parcela de R\$ 3 bilhões foi paga no início de junho. "A Caixa é um banco absolutamente sólido, com capacidade de resultado grande, por isso dá para devolver [mesmo] sem venda de ativos", disse Guimarães.

O banco encerrou o primeiro trimestre com índice de Basileia - medida de capital bancário - de 20,1%, o que dá à instituição folga para realizar os pagamentos. À medida que as devoluções forem feitas, a estrutura de capital poderá ser recomposta com a emissão de letras financeiras e bônus, se fizer sentido, segundo o vice-presidente financeiro do banco, André Laloni.

A melhora nos resultados também ajuda nessa equação. A Caixa teve lucro líquido recorrente de R\$ 3,870 bilhões no primeiro trimestre do ano, avanço de 5,8% em relação ao mesmo período de 2018. O resultado mostra uma queda no risco do crédito e sinais de melhorias nas despesas. A margem financeira foi de R\$ 12,407 bilhões no primeiro trimestre, com alta anual de 0,1%. As despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa (PDD) totalizaram R\$ 2,827 bilhões, queda de 24,4% em 12 meses.

Para Guimarães, o desempenho no trimestre foi "relevante", considerando que janeiro e fevereiro foram meses de grande reestruturação no banco. "Foi uma surpresa positiva. Nem eu esperava tão forte", afirmou o executivo.

A Caixa encerrou março com R\$ 685,842 bilhões em sua carteira de crédito ampla, um recuo de 1,2% em três meses e de 2% em 12 meses. A queda reflete

a decisão de reduzir operações com grandes companhias e também ecoa o ritmo lento da economia.

O banco avançou na sua atividade principal, o crédito à habitação - a modalidade fechou o trimestre com um estoque de R\$ 447,351 bilhões, alta de 0,6% frente a dezembro e de 3,3% em relação a março do ano passado. No entanto, o portfólio comercial encolheu, respectivamente, 6,9% e 18%, para R\$ 127,762 bilhões. A queda se deu principalmente nas linhas de pessoa jurídica, à medida que a Caixa redireciona o foco de grandes clientes para pequenos empreendedores.

O índice de inadimplência das operações de crédito estava em 2,47% no fim de março, acima dos 2,18% apresentados em dezembro, mas aquém dos 2,9% registrados um ano antes. A oscilação foi influenciada pela carteira de crédito imobiliário. Segundo Guimarães, a tendência é que a taxa de calotes do banco suba para perto de 3%, mais perto da média do mercado, por causa de mudanças na metodologia de cálculo. "A inadimplência da Caixa não era contabilizada corretamente, por isso provavelmente teremos elevação", afirmou.

As despesas administrativas e de pessoal atingiram R\$ 8,423 bilhões no primeiro trimestre, com queda de 9,2% em três meses, mas alta de 7,9% em 12 meses. A alta anual foi impulsionada pelas despesas com pessoal, mas a instituição anunciou em maio um programa de demissões voluntárias com o qual espera economizar R\$ 716,1 milhões por ano. A instituição também está reduzindo gastos em outras frentes, como aluguéis, e o objetivo é atingir uma economia de R\$ 3 bilhões no biênio 2019-2020.

A receita com prestação de serviços e tarifas somou R\$ 6,538 bilhões, alta de 2,3% em um ano. As receitas com fundos de investimento aumentaram 19,8% e, em convênios e cobrança bancária, houve avanço de 8,5%.

O lucro do banco no trimestre também foi impulsionado pelo resultado com participações em coligadas, de R\$ 380 milhões, alta de 31,8%. Essa conta é majoritariamente composta pela Caixa Seguridade - um dos ativos que a instituição pretende vender parcialmente em oferta pública de ações.

A Caixa também estuda se desfazer da participação no banco Pan, conforme já noticiou o **Valor**, e na corretora de seguros Wiz. No lugar dela, a intenção é que o banco tenha sua própria corretora. Na lista de desinvestimentos, está também o IPO da Caixa Asset, que ainda depende da criação da empresa. Segundo Guimarães, quem deve ficar à frente da gestora é Thais Peters, vice-presidente em exercício de administração de ativos de terceiros. Ela entrou no lugar de Luciane Ribeiro, que deixou a instituição após divergências internas. Para o

presidente do banco, a asset tem capacidade de "ter o triplo de clientes da XP investindo nos fundos da Caixa".

O executivo disse ver potencial também para fundos imobiliários e de ações. "Teremos fundos de investimentos em agências e em prédios próprios. Faremos tudo por meio dessa asset, que hoje tem produtos simples. Teremos gestores para oferecer na rede produtos mais complexos", afirmou, sem detalhar o assunto. **(Colaborou Álvaro Campos, de São Paulo)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/06/2019

Seção: Finanças

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Debênture de infraestrutura terá nova isenção

O governo federal estuda implementar mudanças nas regras das debêntures de infraestrutura. Segundo o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, a principal alteração é estender para investidores pessoa jurídica e estrangeiros os benefícios de isenção de Imposto de Renda para os investidores pessoa física que comprem o papel.

"Essa isenção hoje pega só a pessoa física. A ideia é trazer essa isenção também a pessoa jurídica e também para o estrangeiro", afirmou o ministro a jornalistas, após participar de café da manhã com empresários, promovido pelo grupo Lide, no Rio. "O ganho de capital do [investidor] estrangeiro hoje já não é tributado. A ideia é também não tributar esse ganho com debêntures".

Segundo o ministro, no primeiro semestre deste ano foram registrados R\$ 2,3 bilhões em emissão de debêntures do tipo. Os papéis são referentes a empreendimentos com previsão de investimentos de R\$ 5 bilhões.

Questionado sobre a expectativa do governo em relação à emissão de debêntures de infraestrutura para 2019 como um todo, o ministro preferiu não arriscar um número. Ele, no entanto, disse que o desempenho da economia brasileira no segundo semestre será melhor do que na primeira metade do ano. "Todos os indicadores estão apontando para isso", completou.

Segundo Freitas, o BNDES tem tido participação importante na compra de debêntures de infraestrutura e em estruturação de projetos. O ministro criticou a atuação do banco em governos passados. Para ele, um "grande problema do passado" foi que a concessão de financiamentos não seguiu a "matemática", mas a "ideologia". Esse tipo de financiamento subsidiado, explicou, funcionou como "muletas" para empreendimentos que não eram viáveis do ponto de vista econômico-financeiro.

Para uma plateia de executivos, advogados e representantes de entidades ligadas à infraestrutura, o ministro disse que o processo de licenciamento ambiental ainda precisa ser melhorado no Brasil. Segundo ele, o licenciamento precisa ser "mais técnico e menos ideológico". Uma solução nesse sentido, contou Freitas, está em discussão no Congresso, por meio de um projeto de lei que traz diretrizes para o licenciamento ambiental.

Com relação ao setor de óleo e gás, o ministro afirmou que o governo prevê arrecadar R\$ 106 bilhões com os dois leilões de áreas do pré-sal previstos para este ano: a 6ª Rodada do Pré-sal e o leilão dos excedentes da cessão onerosa. Os dois certames têm potencial de investimentos da ordem de R\$ 1 trilhão ao longo do período de concessão dos projetos, acrescentou ele.

Ainda no setor, também está prevista para este ano a 16ª Rodada de áreas convencionais de exploração e produção de petróleo e gás natural da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

No segmento de aviação, Freitas contou que há três ou quatro empresas estrangeiras interessadas em investir no setor no Brasil, depois da abertura do mercado para o capital estrangeiro. "Isso [abertura] vai impulsionar o mercado de aviação." Com relação aos aeroportos, ele destacou que um grupo de 22 aeroportos será leiloado em outubro. Outro grupo, também de 22 aeroportos, incluindo Santos Dumont e Congonhas, deve ser leiloado em 2021 ou 2022. A ideia é separar os aeroportos do Rio e de São Paulo em lotes diferentes, para aumentar a atratividade do leilão.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/06/2019

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Lucro da São Martinho caiu 44% no 4º trimestre

A queda dos preços do etanol justamente na entressafra, contrariando a tendência sazonal, atrapalhou a estratégia do Grupo São Martinho, que costuma concentrar as vendas nesse período e já havia se programado para reforçar essa estratégia no último período. Combinado com os preços baixos do açúcar, esse fator fez com que a companhia encerrasse o quarto trimestre da safra 2018/19 com lucro líquido de R\$ 85,6 milhões, 44,2% menor que um ano antes.

Em toda a safra, o lucro líquido alcançou R\$ 461,4 milhões, uma redução de 45,5%. A queda, porém, se dá em relação a uma safra em que a companhia teve

lucro recorde, o que conferiu à temporada passada o marco de segundo melhor resultado da empresa, limitado por intempéries que afetaram a quantidade de matéria-prima e que dificultaram a diluição de custos. "Dado o cenário de seca monstruosa, acho que foi um resultado excepcional", destacou Fábio Venturelli, CEO do grupo, ao **Valor**.

Apesar da queda dos preços do etanol no início de 2019 ter pego a todos no contrapé, o valor médio de venda da empresa no trimestre (R\$ 1.779,80 o metro cúbico) superou a média dos três trimestres anteriores. "Ganhamos dinheiro fazendo carregamento", afirmou ele.

A receita com vendas de etanol foi maior tanto no trimestre como no acumulado da safra, contribuindo para que a receita líquida total da companhia ficasse estável no trimestre (R\$ 1,1 bilhão). Na temporada, a receita recuou 6,6%, para R\$ 3,6 bilhões.

A contabilização do lucro do último trimestre contou ainda com a entrada de R\$ 70,6 milhões do pagamento dos precatórios do IAA (descontados tributos em discussão e outras despesas), que foi repassado pela Copersucar em março. Trata-se da primeira parcela do primeiro precatório que a cooperativa distribuiu a seus associados da época da ação contra a União.

A entrada do precatório contribuiu positivamente no caixa, que aumentou 38%, a R\$ 2,1 bilhões - que seria suficiente para pagar a dívida dos próximos três anos. Contribuiu ainda para o caixa a primeira fase de captação de recursos com recebíveis do agronegócio (CRA). Com isso, a dívida líquida caiu 2,5% no fim da safra, a R\$ 2,4 bilhões.

Esse reforço dá um fôlego para a São Martinho remunerar mais uma vez seus acionistas e ainda manter investimentos. O conselho de administração aprovou ontem o pagamento de R\$ 110 em dividendos e aprovou R\$ 93 milhões que podem ser usados em recompra de ações, capital de giro ou ambos.

Além disso, do valor total recebido de precatórios (R\$ 106,5 milhões), a companhia repassou R\$ 3,3 milhões aos acionistas controladores (Luiz Ometto Participações), conforme previsto no Contrato de Compra e Venda das Ações da Santa Cruz S.A.

Por outro lado, também no último trimestre da safra, a São Martinho deduziu, do resultado, R\$ 80,3 milhões (sem efeito caixa) de um alongamento de dívida em moeda estrangeira que antes contava como contabilidade de hedge - o que

compensou o efeito do precatório no lucro, argumentou Felipe Vicchiato, diretor financeiro e de relações com investidores.

No trimestre, o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) ajustado recuou 13%, para R\$ 510 milhões, enquanto o da temporada caiu 15,7%, para R\$ 1,6 bilhão.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 25/06/2019

Seção: Economia

Autor: Adriana Fernandes Anne Warth Gustavo Porto / BRASÍLIA

Título: Acordo com Cade tira Petrobrás do mercado de gás

Para evitar possíveis multas do órgão que regula concorrência, estatal deverá se comprometer a vender participações em distribuidoras

A Petrobrás terá de sair totalmente do mercado de gás natural e vender as ações que detém nas empresas de transporte e distribuição. As obrigações fazem parte de um acordo costurado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e a petroleira para suspender um processo que investigava a atuação anticompetitiva da estatal no mercado. A saída da Petrobrás do segmento é um dos pilares do Novo Mercado de Gás, plano lançado ontem pelo governo. O acordo será assinado amanhã, mas a cautela do governo ainda é grande para que nada dê errado nessa etapa do pacote de medidas.

Na avaliação da equipe econômica, a participação da Petrobrás nesse mercado tem sido um obstáculo à competição e à queda do preço do insumo. A Petrobrás não é a única produtora de gás do País, mas sua presença e atuação no mercado é quase absoluta. Dona da maioria dos gasodutos de transporte do País, a companhia anunciou a venda de parte de sua malha no Sudeste – NTS e TAG –, mas manteve contratos que preveem o uso de toda a capacidade dos dutos para injeção de seu próprio gás. Nesse cenário, as concorrentes não conseguem acessar aos dutos. Por isso, são obrigadas a vender sua produção para a Petrobrás.

Quem quiser importar gás também precisa negociar com a estatal, que é dona de todas as unidades que processam o produto trazido por navios. Essas condições fazem com que a companhia, na prática, seja a única fornecedora do País. Procurada, a Petrobrás informou que vai aguardar a publicação da resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) no Diário Oficial para comentar o assunto. Congresso. Uma das preocupações do governo é com a recepção do pacote de medidas no Congresso. Para evitar atritos, **o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, vai hoje ao Senado e amanhã à

Câmara. Ele vai sugerir possíveis mudanças na lei que deverão ser feitas pelo Legislativo.

Uma delas é a aprovação da alteração no regime de exploração dos gasodutos para o modelo de autorização – hoje, são concessões. "Vamos apresentar o que entendemos que tem de ser aperfeiçoado na legislação", afirmou Albuquerque. Em defesa do pacote, o ministro ressaltou que o Brasil terá de ter aumento de 35% na geração de energia em dez anos. Ainda segundo ele, investimentos na instalação de infraestrutura para atender à demanda do novo mercado de gás natural devem movimentar R\$ 34 bilhões até 2032. O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse acreditar que a Petrobrás e o Cade não serão contrários à proposta de saída da companhia do mercado de distribuição.

"Estamos muito mais preocupados com os brasileiros do que com monopolistas. O Cade não vai impedir algo a favor da concorrência, e acho que o presidente da Petrobrás também não será contra", disse. Consumidores livres. O pacote visa a incentivar maior liberdade aos grandes consumidores para adquirir o gás natural de comercializadores e produtores. Se houver alguma alteração nos contratos com as distribuidoras, ela não será imposta pelos Estados, mas negociada entre as partes. Se a revisão contratual trouxer algum prejuízo para a empresa, haverá compensações – financiadas, sobretudo, pelos recursos do Programa de Fortalecimento dos Estados (PFE).

Procurada, a Abegás informou que vai aguardar a publicação das medidas para se pronunciar. Os recursos que o governo vai transferir aos Estados são provenientes principalmente do Fundo Social do Pré-Sal. Criado em 2010 para ser uma poupança para o futuro, o fundo visa financiar o desenvolvimento do País com investimentos em saúde e educação. Hoje, 100% das receitas do fundo pertencem à União, mas, com o plano do gás, a ideia é dividir esses recursos com Estados. A estimativa é que o fundo tenha R\$ 17 bilhões até 2020, mas ele terá ainda mais dinheiro no futuro a partir das receitas dos leilões dos últimos anos e dos previstos para o fim de 2019.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 25/06/2019

Seção: Economia

Autor: Adriana Fernandes Anne Warth Gustavo Porto / BRASÍLIA

Título: União promete pagar até R\$ 6 bi por ano a Estados que abrirem mercado de gás

Estratégia. Transferência de recursos, provenientes do Fundo Social do Pré-Sal, é a principal aposta do governo para levar os governadores a aderir a pacote de

medidas para baratear preço do gás; expectativa é reduzir até à metade o valor do insumo

A União promete transferir por ano de R\$ 5 bilhões a R\$ 6 bilhões ao conjunto de Estados que privatizarem suas empresas de distribuição de gás e adotarem medidas para abrir o mercado, apurou o "Estadão/ Broadcast". A transferência desses recursos, provenientes da exploração de petróleo, é a principal aposta do governo para levar os governadores a aderir ao pacote de medidas anunciado ontem para forçar a concorrência e reduzir o preço do gás. O objetivo é promover "um choque de energia barata", nas palavras do ministro da Economia Paulo Guedes, e abrir o caminho para a reindustrialização do País. As medidas, aprovadas pelo Conselho Nacional de Política Econômica (CNPE), têm como pilares a melhoria da regulação e a criação da figura do consumidor livre.

A exemplo do que já ocorre no setor elétrico, grandes indústrias poderão comprar gás diretamente de produtores e comercializadores. Outro ponto-chave do programa diz respeito à Petrobrás: a companhia terá de vender todas as ações que detém em empresas de transporte e distribuição (ler mais na B3). A expectativa de Guedes é que o conjunto de medidas possa diminuir o preço em 40% e 50%, turbinando o PIB da indústria nacional em até 10,5% por ano. A redução é vista como crucial para estimular novos investimentos industriais. Hoje, a energia representa 7% dos custos de produção do setor, mas, dependendo do segmento, essa participação é bem maior.

É o caso da indústria de vidro (onde o percentual é de 25,6%), cerâmica (32,2%) e cimento (55,8%), segundo estudo da Ex- Ante Consultoria Econômica, feito a pedido do setor. Com algumas modificações, Guedes encampou a proposta desenhada pela equipe anterior, que naufragou no Congresso por falta de apoio dos Estados, das distribuidoras e da própria Petrobrás. Esse cenário mudou com o agravamento da crise dos Estados, que precisam de recursos, e os planos da Petrobrás de centralizar investimentos em produção e exploração em águas profundas. A decisão de fazer o choque de energia foi antecipada por Guedes em entrevista ao Estado, em março.

Mas o desafio estava no convencimento dos Estados, cuja participação no plano era fundamental, já que a Constituição determina que a competência para concessão e regulação do mercado de gás é dos governos regionais. Por isso, a equipe econômica avaliou por meses medidas para estimular a adesão voluntária dos governadores ao pacote. Até agora, garante Guedes, a estratégia tem dado certo. São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio Grande do Sul já mostraram interesse em adotar as medidas propostas. A expectativa dos técnicos é a de que todos vão aderir ao Novo Mercado de Gás – a despeito da resistência da Abegás, que representa as distribuidoras.

Para ter acesso aos recursos, os Estados terão de cumprir metas do Programa de Fortalecimento das Finanças Estaduais (PFE). Esse programa se juntará ao Plano Mansueto, outro pacote de socorro financeiro aos Estados, já enviado ao Congresso, que também tem medidas que devem ser cumpridas voluntariamente. O Plano Mansueto, porém, não prevê injeção de recursos no caixa, mas autoriza os Estados a tomarem financiamentos com garantia da União. Ranking. Os recursos a serem transferidos aos Estados virão do Fundo Social do Pré-Sal. O governo vai criar um ranking estadual de melhorias na sua regulação de gás. Os Estados que tiverem melhor desempenho receberão mais recursos. Entre os critérios, estão o fortalecimento das agências reguladoras estaduais e privatização da distribuidora de gás canalizado.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 25/06/2019

Seção: Economia

Autor: ANÁLISE: Paulo Pedrosa

Título: Gás natural: da oportunidade à realidade

Todo mundo já sabe: o pré-sal é uma riqueza do Brasil. O que fica cada vez mais evidente é que o gás natural que virá com o petróleo tem um poder extraordinário de transformar a nossa economia e gerar empregos. O aumento da competição dará início a um processo semelhante ao que promoveu a recuperação da economia nos EUA na última década, com a exploração do gás de xisto.

Duas razões explicam esse movimento: a primeira é que mais que dobraremos a produção de gás, com os campos já licitados. A outra é a convergência entre governo e mercado para transformar essa produção em oferta ao País. Em outras palavras, esse gás terá de ser produzido para que o petróleo possa escoar, e o Brasil está criando as condições para que ele seja usado em território nacional. Ao contrário do que foi feito no passado, o choque de energia competitiva vem da criação de um ambiente de confiança para os investimentos e não de intervenções do governo. Estamos quebrando uma antiga lógica, lembrada por Roberto Campos, de que o Brasil nunca perdia uma oportunidade de perder uma oportunidade.

Estudos feitos pela Abrace apontam que o choque da energia competitiva tem potencial de gerar 12 milhões de empregos em dez anos e acrescentar 1% ao PIB brasileiro a cada ano. A Petrobrás, que anunciou a disposição de concentrar esforços nos segmentos mais lucrativos, terá na criação de um mercado competitivo sua maior proteção contra as intervenções que, no passado, trouxeram tantos danos à companhia. As indústrias terão acesso a um

combustível que dará competitividade à produção nacional e promoverá investimentos novos.

Governos e população se beneficiarão com o aumento da arrecadação e dos empregos. Muitos Estados já dão sinais de que enxergaram, nesse movimento, uma grande oportunidade. Alguns, como Rio de Janeiro e Sergipe, até se anteciparam às propostas que estão sendo consolidadas pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). Esse cenário aponta para um novo Brasil mais moderno, mais eficiente e competitivo, com o fortalecimento de instituições como ANP, Aneel e Cade e a consolidação do País como um polo de atração de investimentos internacionais. O gás também ajudará na transição de nossa matriz energética, consolidando a tradição brasileira na geração de energia limpa e renovável. Chegou a hora do gás mudar a realidade do Brasil.

PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GRANDES CONSUMIDORES INDUSTRIAIS E DE CONSUMIDORES LIVRES

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 25/06/2019

Seção: Economia

Autor: FERNANDA NUNES, DO RIO

Título: Transpetro fecha acordo com TAG

A Transpetro, subsidiária de logística da Petrobrás, firmou contrato de R\$ 5,46 bilhões com a TAG para prestar serviço de apoio técnico ao transporte de gás. O contrato tem validade de dez anos, conforme comunicou a estatal à Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A TAG opera a rede de gasodutos que interliga regiões Sudeste e Nordeste. A empresa foi vendida à francesa Engie por US\$ 8,6 bilhões (R\$ 33 bilhões) após aprovação do Supremo Tribunal Federal (STF).

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 25/06/2019

Seção: Colunas

Autor: Aline Bronzati, Cynthia Decloedt e Fernanda Guimarães

Título: Ações da Petrobrás têm forte demanda de fundos

Coluna do broadcast

A demanda pelas ações ordinárias no follow on da Petrobrás já ultrapassou em duas vezes a oferta. A procura reflete o contínuo fluxo de recursos de fundos domésticos por rentabilidade, diante do aumento das captações em um cenário de baixa taxas de juros. A oferta para a venda das ações da petroleira detidas pela Caixa Econômica Federal deverá movimentar mais de R\$ 7 bilhões. O preço

da ação será fixado hoje. A percepção é de que, com a demanda elevada, a ação sairá com pouco desconto em relação ao preço em tela. Ontem, a ação ON da Petrobrás fechou cotada a R\$ 31,66. Com a oferta, a Caixa pretende devolver ao Tesouro Nacional R\$ 7 bilhões em 30 dias. Neste mês, o banco já fez a devolução de R\$ 3 bilhões. Procuradas, Caixa e Petrobrás não comentaram.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 25/06/2019

Seção: Economia

Autor: REUTERS

Título: Possível revogação de contrato da Renova acende alerta no BNDES

Banco emprestou R\$ 1 bi para projeto, paralisado em 2016 com 87% das obras concluídas; venda depende da Aneel

O futuro dos contratos com a Renova energia para a construção de um complexo eólico na Bahia tem preocupado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que emprestou quase R\$ 1 bilhão para o empreendimento. O projeto Alto Sertão III-Fase A foi paralisado pela Renova por falta de recursos em 2016, com 87% das obras concluídas. Controlada por Cemig e Light, a Renova tem negociado a venda do ativo à AES Tietê, mas a conclusão do negócio depende da Agência Nacional de energia Elétrica (Aneel), uma vez que as usinas deveriam ter entrado em operação em 2015.

A AES Tietê também pretendia comprar a chamada "fase B" do complexo, mas os parques tiveram as autorizações revogadas pela Aneel devido ao atraso, o que acendeu um alerta para o banco estatal sobre o destino da "fase A". A área técnica da agência reguladora sugeriu que a melhor solução seria rescindir contratos da fase A do projeto. "Concluimos que devem ser resolvidos os contratos das usinas", afirmaram os técnicos da Aneel no documento, sugerindo ainda outras penalidades para o empreendimento.

Em carta à agência, o BNDES manifestou "preocupação com as consequências do eventual indeferimento do plano de transferência de titularidade do complexo", lembrando que o empréstimo-ponte dado ao projeto vencerá em 15 de julho. "Em caso de não conclusão da venda para a AES, há risco de perda do investimento realizado e de comprometimento da satisfação do crédito do BNDES e dos bancos privados", afirmou, no documento, banco estatal, que tem participação minoritária na Renova por meio do seu braço de investimento, o BNDESPar.

De acordo com o BNDES, o vencimento do financiamento tem sido postergado desde junho de 2016. Como a preocupação é com o impacto da operação sobre os consumidores, uma alternativa seria cancelar os contratos, mas permitir a transferência do ativo caso as empresas tenham interesse, acrescentou uma fonte. Procurado, o BNDES não respondeu a um pedido de entrevista. A AES Tietê informou que não comentará o assunto. Não foi possível contatar representantes da Renova energia.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 25/06/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Conselho aprova quebrar monopólio da Petrobras no gás

Brasília- O CNPE (Conselho Nacional de Política Energética), que assessora a Presidência da República para a formulação de políticas e diretrizes de energia, decidiu nesta segunda (24) aprovar resolução para liberar o mercado de gás natural no país. Hoje, o setor é dominado pela Petrobras.

Segundo comunicado, as medidas buscam criar condições para o acesso a gasodutos de transporte e dutos de escoamento, unidades de processamento e terminais de Gás Natural Liquefeito.

A resolução será encaminhada para aprovação da presidência. O governo apresentará as recomendações no Senado nesta terça (25) e na Câmara, na quarta (26). Caberá ao Congresso decidir o que pode se tornar projeto de lei.

Entre as medidas recomendadas, está a de que a Petrobras informe o quanto necessita usar em cada ponto de entrada e zona de saída do sistema de transporte de gás natural, o que permitiria o acesso por novos agentes.

De acordo com a resolução, os impactos das recomendações serão monitorados, com relatórios trimestrais. A governança e as informações necessárias ao monitoramento das medidas serão encaminhadas ao CNPE em até 60 dias.

A resolução é parte do que o governo chama de Novo Mercado de Gás, que compreenderá mais medidas para abrir o mercado. Para o ministro da Economia, Paulo Guedes, a quebra de dois monopólios, na produção e na distribuição, deve baixar o preço da energia em 40% em dois ou três anos. A queda nos preços também deve chegar também ao botijão de gás, segundo ele.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 25/06/2019****Seção: Mercado****Autor: Gustavo Uribe****Título: Bolsonaro diz que vetará lista tríplice em agências reguladoras**

Brasília- O presidente Jair Bolsonaro (PSL) disse nesta segunda-feira (24) que vetará trecho de projeto de lei que impõe uma lista tríplice ao chefe do Poder Executivo para que ele escolha executivos de agências reguladoras.

Ele afirmou que manterá a sua prerrogativa de selecionar e indicar conselheiros, diretores, presidentes, diretores-presidentes e diretores-gerais dos órgãos federais.

"A decisão até o momento para indicar o presidente das agências é minha. A partir desse projeto, [haverá] uma lista tríplice. Então, essa parte será vetada de hoje para amanhã", disse.

O prazo para sanção da iniciativa, que aumenta a autonomia das agências reguladoras, se encerra nesta terça-feira (25).

No fim de semana, o presidente reclamou que o projeto visava transformá-lo em uma "rainha da Inglaterra" e disse que, com a aprovação, o Legislativo passaria a ter "cada vez mais, superpoderes".

"Se isso aí se transformar em lei, todas as agências serão indicadas por parlamentares. Imagina qual o critério que vão adotar", afirmou, no sábado (22).

Nesta segunda, ele disse que é importante manter a influência do Executivo.

"As agências têm poder muito grande e essa prerrogativa de o presidente indicar é muito importante, porque nós teremos um poder de influência", afirmou.

O texto mantém o poder do presidente de escolher os executivos das empresas, mas institui que ele teria de escolher de uma lista tríplice elaborada por uma comissão de seleção.

A previsão é de que a composição e os procedimentos deste colegiado sejam estabelecidos em regulamento, que deve ser feito por decreto do próprio presidente.

Na tramitação da iniciativa, o Senado também retirou trechos polêmicos que foram incluídos na proposta alterando a Lei Geral das Estatais.

Com isso, foram derrubados pontos que, na prática, possibilitariam a nomeação de políticos e seus parentes para cargos de direção em empresas estatais.

Mais cedo, antes de reunião com o presidente, o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra (MDB-PE), havia elogiado a iniciativa e afirmado que ela aperfeiçoa os modelos das agências reguladoras.

Segundo ele, a polêmica deve-se a um "ruído de informação" e não há "chance nenhuma" de o presidente virar "rainha da Inglaterra".

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 25/06/2019

Seção: Colunas

Autor: Joana Cunha

Título: Pergunta lá

PAINELS.A.

A distribuidora de combustível Ipiranga lançará uma divisão para se aproximar de startups, batizada de Turbo. O objetivo é se beneficiar de melhorias sugeridas e, em troca, funcionar como uma aceleradora. A companhia diz que conversa com cerca de cem empresas emergentes — nenhuma parceria foi fechada ainda.

com Igor Utsumi e Paula Soprana

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 25/06/2019

Seção: Economia

Autor: Danielle Brant

Título: Caixa articula venda de ações de banco e corretora

Pedro Guimarães diz que irá se desfazer de fatias do PanAmericano e da Wiz

Brasília- A Caixa Econômica Federal planeja vender suas ações no Banco PAN e na corretora de seguros Wiz, em mais um passo para se desfazer de negócios que não são considerados chave para o banco, informou o presidente do banco estatal, Pedro Guimarães, nesta segunda (24).

Dentro dessa diretriz se insere ainda a venda de papéis da Petrobras, em operação cujo período de reserva termina nesta segunda-feira (24) e com a qual o banco público espera levantar R\$ 7,5 bilhões.

Em entrevista na qual detalhou o balanço do primeiro trimestre, Guimarães reconheceu que o banco PAN gerou perdas relevantes para a Caixa. Para minimizar os prejuízos, a Caixa comprou, há cerca de quatro meses, papéis do PAN a um preço estimado em R\$ 2,50. Segundo Guimarães, as ações foram vendidas a R\$ 8, e a Caixa ganhou R\$ 600 milhões na operação.

"É a primeira vez que a Caixa teve um retorno positivo com investimento no banco PAN." Ele disse ainda estar conversando com o BTG, outro acionista do PAN, sobre a venda de participação da Caixa.

"Não faremos nada que não seja coordenado com o sócio, que, no caso, é o banco BTG. Porque só faremos alguma coisa totalmente coordenada."

A compra de parte do banco PAN pela Caixa foi alvo de investigação da Polícia Federal em 2017. A PF apurava suspeitas de pagamento de propina e lavagem de dinheiro na transação, aprovada pelo Banco Central, mas que pode ter prejudicado a Caixa. Os antigos executivos do PanAmericano já foram alvo de investigações em 2010 e respondem a ações movidas pela Justiça Federal em São Paulo pelas fraudes contábeis que levaram o banco à intervenção do BC.

Em 2009, a Caixa comprou 35% do capital social do Pan-americano (49% do capital votante e 20% do não votante), com planos de expandir o crédito imobiliário para o segmento de baixa renda. Em 2011, o apresentador Sílvio Santos vendeu o Panamericano para o BTG Pactual por R\$ 450 milhões.

A Caixa aguarda a conclusão da operação de venda das ações da Petrobras que termina nesta terça (25). O banco venderá 241,3 milhões de ações da petrolífera, equivalente a 1,85% do capital da companhia. Segundo a Petrobras, a Caixa ficará com as 36,3 milhões de ações preferenciais, que não têm direito a voto, mas preferência no pagamento de dividendos, que tem em sua carteira. O valor equivale a 0,36% do capital da estatal.

Nesta segunda, o presidente da Caixa revelou ainda a intenção de se desfazer da fatia indireta de 12% que o banco tem na corretora Wiz, controlada pela Fenae (federação de associações do pessoal da Caixa), e pela CNP Assurances.

Ele lembra que todos os concorrentes privados e o Banco do Brasil têm corretoras. "Não faz nenhum sentido estratégico, nenhum sentido matemático a gente não ter. (...) O banco mais próximo da Caixa, que é o Banco do Brasil, tem um modelo totalmente diferente, no qual ele tem 100% da sua corretora de seguros. Por que a Caixa não tem 100%?"

Guimarães planeja a abertura de capital de quatro braços da Caixa: a gestora, a Caixa Loterias, a Caixa Seguridade e a Caixa Cartões. O IPO (oferta inicial de ações) da Caixa Seguridade deve sair até outubro.

VEÍCULO: O Globo

Data: 25/06/2019

Seção: Economia

Autor: RENATA VIEIRA, MANOEL VENTURA, RAMONA ORDONEZ E BRUNO ROSA

Título: Plano para reduzir o preço do gás

Guedes prevê queda de 40% no custo do combustível em 2 anos

BRASÍLIA E RIO- O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) divulgou ontem um plano estratégico para forçar a concorrência no setor de gás natural e, com isso, reduzir o preço do combustível no país para indústrias, termelétricas e residências. O objetivo é promover o que o ministro da Economia, Paulo Guedes, chama de "choque de energia barata". De acordo com ele, as medidas podem gerar redução de 40% no preço do gás em dois anos — o que equivale a um incremento de 8,46% no PIB da indústria, nas contas do governo.

Entre as propostas listadas pelo CNPE, composto por nove ministros, está o mapeamento de trechos ociosos de gasodutos que poderão ser operados pela iniciativa privada e a adesão, pelos estados, ao programado governo. Eles poderão, voluntariamente, optar pela quebra do monopólio que detêm na distribuição do gás encanado, previsto pela Constituição. O governo vai apresentar as medidas ao Congresso, que vai avaliar o que pode ser implementado via projeto de lei. Segundo Guedes, governadores já manifestaram interesse.

— Estamos conversando explicitamente com o Estado do Rio, e o (governador) Wilson Witzel quer assinar. Ele quer abrir mão do monopólio de distribuição, quer o gás — disse Guedes, esclarecendo que não haverá contrapartidas financeiras aos estados.

— Não tem nenhum "toma lá dá cá".

Atualmente, a Petrobras é dona da maior parte dos gasodutos do país. Mesmo tendo iniciado a venda de parte de sua malha, mantém o uso exclusivo, por meio de contratos. Na prática, permanece seu monopólio no setor, quebrado em 1997. Sem acesso à infraestrutura, as outras petroleiras acabam vendendo o gás que produzem para a Petrobras.

A indústria brasileira paga pelo gás cerca de US\$ 13 pelo metro cúbico, segundo dados do Ministério de Minas e Energia. Nos EUA, o custo é de pouco mais de US\$ 3. Na Europa, cerca de US\$ 7. Segundo o **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, a cada 10% de redução no preço do gás, o PIB industrial do país pode subir 2,1%. Na visão de Guedes, a redução do preço do gás com maior competição promoverá o crescimento da economia como um todo: — Com energia barata, isso vai reindustrializar o país.

Albuquerque afirmou que os investimentos em infraestrutura previstos até 2032, tendo em vista a abertura do mercado, são da ordem de R\$ 34 bilhões. Guedes ressaltou ainda o interesse da mineradora Vale na compra de energia futura para abastecer suas operações — o que garantiria investimentos em produção e escoamento de gás no país.

As medidas dependem também de um acordo entre Petrobras e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). A expectativa é que a empresa assine amanhã um termo para se livrar de multas bilionárias por conduta anticompetitiva no mercado de gás e permitir que outras empresas usem os gasodutos que alimentam as redes de distribuição estaduais.

GÁS DE COZINHA

Embora as diretrizes divulgadas pelo governo tenham impacto concentrado sobre grandes consumidores de energia, como indústrias e usinas termelétricas, Guedes prevê um efeito em cadeia, que deve atingir o preço do botijão de gás doméstico.

— Isso vai chegar às famílias mais pobres, que gastam de 30% a 40% da renda em gás de cozinha — disse.

Especialistas divergem sobre o impacto do plano. Para Márcio Balthazar, da NatGas Economics, ainda é prematuro estimar redução no preço do gás. Já Rebecca Maduro, sócia da área de energia do L.O. Baptista Advogados, acredita que a projeção de queda do preço do gás em 40% em dois anos é factível apenas se toda a reserva de gás for produzida com uso ampliado da malha de dutos. Edmar Almeida, professor da UFRJ, concorda, mas aponta a necessidade de reduzir impostos sobre o combustível:

— Se o preço do gás cair, a indústria vai investir mais, pois existe essa demanda. Mas não basta apenas aumentar a competição. É preciso resolver a questão tributária.

O diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Décio Oddone, destacou que é a primeira vez que o país define uma política energética para o gás. A Petrobras disse que só se manifestará quanto tiver acesso à resolução do CNPE.

VEÍCULO: O Globo**Data: 25/06/2019****Seção: Economia****Autor: ELIANE OLIVEIRA****Título: Com royalties, arrecadação é a maior desde 2014**

Receitas somaram R\$ 113,3 bi no mês passado, melhor resultado em cinco anos. Equipe econômica deve rever projeção do PIB

BRASÍLIA- Impulsionado pela alta nos royalties da indústria de petróleo e gás, o governo federal teve em maio a maior arrecadação mensal dos últimos cinco anos. No mês passado, as receitas federais somaram R\$ 113,3 bilhões, uma alta real (descontada a inflação) de 1,92% em relação a maio de 2018, informou ontem o Ministério da Economia. O valor só perde para o mesmo mês de 2014, quando a arrecadação somou R\$ 116,2 bilhões.

No acumulado dos cinco primeiros meses do ano, o total recolhido pela Receita Federal também é o maior dos últimos cinco anos. O montante contabilizado no período chegou a R\$ 637,6 bilhões, 5,68% acima do registrado entre janeiro e maio do ano passado.

A alta da arrecadação em maio foi puxada pela expansão de 19,56% das receitas não administradas pelo Fisco, principalmente royalties do petróleo. Já impostos e contribuições aumentaram 0,58% em relação ao mesmo mês do ano passado. Nesse ponto, destacou-se a alta de 23,47% da arrecadação do Imposto de Renda retido na fonte.

Entre os indicadores levados em conta no cálculo da Receita em maio, a produção industrial sofreu uma queda de 1,05% ante maio de 2018. Já as vendas de bens e serviços subiram 3,1% e 1,7%. Amassa salarial aumentou 5,21%, e o valor em dólar das importações, 14,09%. Este último indicador levou a uma expansão de 9,61% no total recolhido com tarifas de importação.

CRESCIMENTO MENOR

O subsecretário de Política Fiscal da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia, Marco Cavalcanti, indicou ontem que o governo vai mais uma vez rever para baixo sua estimativa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) este ano. Em maio, a previsão foi reduzida de 2,2% para 1,6%.

— Vamos rever nossa estimativa em breve, devido a uma deterioração muito rápida das expectativas — disse o técnico, citando a pesquisa semanal Focus, do Banco Central, em que a média das projeções do mercado é de 0,87%.

Segundo Cavalcanti, o número deve ser revelado "muito provavelmente" antes da divulgação do relatório bimestral das contas do governo, marcada para 22 de julho.

VEÍCULO: O Globo

Data: 25/06/2019

Seção: Economia

Autor: GERALDA DOCA

Título: Lucro da Caixa tem alta de 23% no 1º trimestre

Ganho fica em R\$ 3,92 bilhões, puxado por crescimento nas receitas com tarifas, corte de gastos com publicidade e venda de ações do IRB. Hoje será divulgado preço dos papéis da Petrobras a serem oferecidos pelo banco

BRASÍLIA E SÃO PAULO- A Caixa Econômica Federal registrou lucro líquido de R\$ 3,92 bilhões no primeiro trimestre deste ano, um crescimento de 23% frente ao mesmo período de 2018. De acordo com a Caixa, ajudou no resultado o aumento das receitas com tarifas, que somaram R\$ 6,538 bilhões, alta de 2,3%. Outros fatores foram a redução, em mais de 90%, dos gastos com propaganda e a vendadas ações do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB Brasil RE), que rendeu para o banco R\$ 2,5 bilhões.

— Esse primeiro trimestre foi uma surpresa positiva, nem eu esperava—afirmou o presidente da Caixa, Pedro Guimarães.

Ele ressaltou que o lucro do trimestre corrente também vai surpreender. Guimarães disse que, com a resultado da venda das ações da Petrobras, que ocorrerá hoje, a Caixa devolverá ao Tesouro Nacional R\$ 7 bilhões até 31 de julho. O valor se refere a uma parcela dos aportes feitos no banco nos últimos anos, na forma de Instrumentos Híbridos de Capital de Dívida (IHCDs), no total de R\$ 42 bilhões. A Caixa já antecipou R\$ 3 bilhões, e a expectativa é pagar, este ano, R\$ 20 bilhões ao todo.

PROCURA ELEVADA

Ontem foi o último dia para fazer a reserva das ações ordinárias (ON, com direito a voto) da Petrobras que estão em poder da Caixa. O banco estatal tem 3,24% da petrolífera e vai se desfazer de todos os papéis. Segundo profissionais do mercado financeiro, a demanda está elevada e pode chegar a pelo menos duas vezes a quantidade de ações oferecidas. A expectativa é que a quantia a ser movimentada fique em torno de R\$ 7 bilhões. O valor da ação nessa operação, que depende da demanda, será divulgado hoje, depois do fechamento dos mercados.

O presidente da Caixa aproveitou a divulgação dos resultados para destacar que a qualidade do balanço da instituição financeira melhorou com as provisões sobre calotes feitas na nova gestão. O balanço anual de 2018 foi revisado com o abatimento de créditos duvidosos no valor total de R\$ 500 milhões, incluindo dívidas com a Odebrecht e um grupo de dez empresas de vários portes, dos setores de construção civil e da indústria.

Guimarães afirmou ainda que a Caixa não terá prejuízo com a recuperação judicial da Odebrecht. A dívida com a empreiteira soma R\$ 2,2 bilhões, sem considerar os empréstimos com o fundo de infraestrutura do FGTS(FI-FGTS).

Ele mencionou que está negociando com os auditores independentes a retirada das ressalvas, no balanço, das operações com empresas envolvidas na Lava-Jato. Essa medida é considerada importante para mostrar a solidez do banco e impulsionar o processo de abertura de capital das subsidiárias nas áreas de seguridade, loterias e cartões. O presidente da Caixa também confirmou que o banco público está negociando a venda de sua participação no banco Pan.

De acordo com o balanço, o índice de inadimplência da Caixa baixou 0,4 ponto percentual para 2,47% no primeiro trimestre deste ano. Esse percentual, no entanto, deverá subir porque a Caixa está fazendo ajustes no balanço, decorrente de atrasos no programa Minha Casa Minha Vida.

Com a economia ainda em ritmo lento, a carteira de crédito total da Caixa recuou 2%, para R\$ 685,8 bilhões, com retração dos empréstimos tanto para pessoas físicas como para jurídicas. Parte da queda foi compensada pelo aumento dos financiamentos habitacionais e das operações de infraestrutura, segundo o banco.

Já as despesas administrativas subiram 2,6%, para R\$ 2,7 bilhões. Esse aumento reflete ajustes contábeis envolvendo a área de tecnologia e gastos com programa de demissão voluntária.

(Colaborou Ana Paula Ribeiro)

VEÍCULO: O Globo

Data: 25/06/2019

Seção: Colunas

Autor: Miriam Leitão

Título: PIB prisioneiro do ponto morto

A previsão do PIB de 2019 murcha a cada semana e ontem ficou em 0,87%. Mais do que mostrar que o ano está perdido, o que está claro é que mudou o padrão de reação da economia brasileira a um período recessivo. Tanto na crise do

começo dos anos 1980 quanto nado início de 1990, a recuperação depois da queda foi rápida. Desta vez a economia do Brasil não reage, entrou em ponto morto.

O ministro Paulo Guedes costuma dizer que o Brasil está prisioneiro da "armadilha de baixo crescimento". É pior. O que os dados vão desenhando é o quadro de um país preso ao "não crescimento". Essa década é a pior já registrada nas estatísticas do Brasil, desde o início do século passado. É gravíssimo. Se for confirmado 02,2% em 2020, que está na previsão de ontem do Focus, o PIB do país terá crescido apenas 0,76% na década de 2011 a 2020, segundo o economista Marcel Balassiano, do Ibre/FGV.

— Em quatro décadas, a economia terá "perdido" duas. De 1980 a 2018, o PIB per capita cresceu apenas 0,9% ao ano em média. O avanço da produtividade é ainda mais lento, 0,5%. De 2011 para cá, 90% dos países cresceram mais do que o Brasil — diz Balassiano.

Os números informam que o país está numa grande encrenca. Caiu, levantou uma parte do corpo, mas não ficou de pé. Nem sabe quando conseguirá. A crise na qual a economia entrou no fim de 2014 e que levou à recessão de 2015-2016, foi encerrada oficialmente em 2017, quando estatisticamente o país saiu do negativo. Contudo, a atividade permanece em clima recessivo e a expressão mais aguda disso é o desemprego.

A atividade continua fraca após dois anos de 1% de altano PIB e a projeção que agora nos visita é de que este ano ficará abaixo de 1%. A cada semana, a estimativa cai um pouco mais. Diante desses dados eloquentes é preciso encontrar o caminho para aumentar o ritmo da atividade.

Há economistas defendendo a ideia de que é preciso reduzir o nível da taxa de juros para estimular a economia. É possível que seja reduzido se a reforma da Previdência for aprovada, pelo menos é isso que está implícito na ata do Copom. O mistério a desvendar é por que a política monetária não tem estimulado a economia, apesar de a Selic estar no mais baixo nível da sua história.

Se olharmos para o IPCA, os juros podem cair, porque depois da alta da inflação em 12 meses, provocada pela greve dos caminhoneiros no ano passado, ela ficará em um nível abaixo de 4%. OIPCA-15 de junho, que sai hoje, ficará próximo de zero e a taxa do mês pode ser até negativa, diz o professor Luiz Roberto Cunha. O Focus prevê uma inflação de 3,82% esse ano, menor do que a meta de 4,25% para 2019.

Uma economia gelada acompanhada de uma inflação abaixo da meta. Então, evidentemente os juros podem cair. Por que não caem? Porque há no BC uma

ideia de que é preciso esperar a reforma. Há debates entre os economistas se essa é aposição certa. Sem a reforma, a trajetória de crescimento da dívida fica assustadora, de fato. Mas se ela não for aprovada, não serão esses 6,5% da Selic que evitarão a onda de venda de ativos ligados à dívida pública. A reforma não desatará o crescimento, mas sem ela a conjuntura piora muito.

O governo ainda não divulgou um programa convincente contra a hibernação da economia brasileira. O Brasil já sabe o que não dá certo. A elevação dos subsídios, como houve no chamado programa de sustentação de investimento, do governo petista, não sustentou o crescimento e deixou uma herança pesada. A desoneração da folha salarial não elevou a oferta de emprego e agravou o déficit previdenciário. A reforma trabalhista aprovada no governo Temer não criou os empregos que se esperava que criasse. O país tem uma sucessão de não eventos, ou de decisões às quais a economia ficou indiferente.

O governo prepara agora o que a equipe econômica batizou de "choque de energia barata". Eu expliquei no sábado o que o governo tem pensado em fazer e ontem foi aprovada a resolução para a abertura do mercado de gás a mais operadores. Mesmo se der certo, não terá efeito imediato. A própria equipe fala que o bom resultado a esperar é uma redução do preço do gás em um ano e meio a dois. Há muitos pontos do plano que parecem nebulosos ou inconsistentes pelos especialistas. A verificar na divulgação do plano, que está prometido para as próximas semanas. Diante dos sintomas de uma crise tão persistente, a resposta do governo precisaria ser mais ampla, mais inovadora, mais coerente.

MME / ASCOM .